



## Goiasindustrial

## COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL

## RELATÓRIO DE DIRETORIA

Senhores acionistas e autoridades, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. Os relatórios e quadros constantes das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL, de acordo com a Legislação Societária. Fazemos isso com o objetivo não apenas de cumprir as determinações legais e estatutárias, mas também de prestar maiores informações sobre o desenvolvimento da companhia.

RIDOVAL DARCI CHIARELOTO  
Diretor Presidente

Goiania, 21 de abril de 2014

Balancos Patrimoniais				
Levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012				
(Em reais)				
ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>		<b>52.596.672</b>	<b>12.074.626</b>	<b>9.002.973</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.555.280	4.077.362	2.987.210
Clientes	6	2.796.615	2.510.670	2.721.229
Tributos a recuperar	7	59.618	323.088	514.073
Estoque	8	1.570.931	5.159.789	2.134.459
Titulos mantidos para negociação		-	-	646.002
Adiantamento a fornecedores		67.337	3.718	-
Convênios a receber	9	32.539.408	-	-
Seguros a apropriar		7.483	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>75.176.925</b>	<b>78.873.561</b>	<b>83.697.986</b>
Clientes	6	1.374.783	1.737.062	2.014.038
Imobilizado	10	73.802.142	77.136.498	81.683.948
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>127.773.597</b>	<b>90.948.187</b>	<b>92.700.959</b>
<b>PASSIVO + PL</b>				
<b>CIRCULANTE</b>		<b>44.140.358</b>	<b>2.807.749</b>	<b>10.169.001</b>
Fornecedores	11	402.966	557.064	9.609.589
Obrigações sociais e trabalhistas	12	876.339	718.607	435.574
Obrigações tributárias e fiscais	13	1.425.901	103.565	118.217
Obrigações com convênios	14	38.353.139	-	-
Adiantamento de clientes	3 k	3.008.832	1.428.513	5.621
Outras contas a receber		73.181	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.373.057</b>	<b>497.998</b>	<b>530.400</b>
Obrigações tributárias e fiscais	13	1.373.057	-	85.230
Contingências passivas	15	-	497.998	445.170
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>82.260.182</b>	<b>87.642.440</b>	<b>82.001.558</b>
Capital social	16	145.000.000	142.000.000	133.800.000
Reserva de capital		2.648.981	2.648.981	2.648.981
Adto. p/ aumento de capital		6.500.942	3.000.942	942
Reserva de reavaliação		21.030	21.030	21.030
Prejuízos acumulados		(71.910.771)	(60.028.513)	(54.469.395)
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>		<b>127.773.597</b>	<b>90.948.187</b>	<b>92.700.959</b>

Demonstrações do Resultado  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em reais)				
DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	17	<b>17.192.522</b>	<b>14.416.545</b>	
<b>(-) CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS</b>		<b>(19.781.838)</b>	<b>(17.001.653)</b>	
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(2.589.316)</b>	<b>(2.585.108)</b>	
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(11.868.646)</b>	<b>(6.233.810)</b>	
(-) Despesas administrativas	18	(11.868.646)	(6.233.810)	
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.866.405</b>	<b>1.546.011</b>	
<b>RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANCEIRAS</b>		<b>(12.591.557)</b>	<b>(7.272.907)</b>	
(+/-) Resultado financeiro líquido		709.299	1.713.789	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(11.882.258)</b>	<b>(5.559.118)</b>	
Número de ações no final do período		145.521.661	142.338.975	
Resultado por ação		(0,0817)	(0,0391)	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em reais)							
DESCRIÇÃO	Nota	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADTO. P/ AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2012 (Reapresentado)</b>	4.3	<b>133.800.000</b>	<b>2.648.981</b>	<b>21.030</b>	<b>(54.469.395)</b>	<b>942</b>	<b>82.001.558</b>
Aumento de capital		8.200.000	-	-	-	-	8.200.000
Adiantamento para aumento de capital		-	-	-	-	3.000.000	3.000.000
Prejuízo do exercício de 2012 antes do ajuste		-	-	-	(5.345.501)	-	-
<b>Ajuste:</b>							
Receita de exercícios futuros		-	-	-	(213.617)	-	-
Prejuízo do exercício de 2012		-	-	-	(5.559.118)	-	(5.559.118)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)</b>		<b>142.000.000</b>	<b>2.648.981</b>	<b>21.030</b>	<b>(60.028.513)</b>	<b>3.000.942</b>	<b>87.642.440</b>
Aumento de capital		3.000.000	-	-	-	(3.000.000)	-
Adiantamento para aumento de capital		-	-	-	-	6.500.000	6.500.000
Prejuízo do exercício de 2013		-	-	-	(11.882.258)	-	(11.882.257)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>145.000.000</b>	<b>2.648.981</b>	<b>21.030</b>	<b>(71.910.771)</b>	<b>6.500.942</b>	<b>82.260.183</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em reais)			
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo líquido do exercício	(11.882.258)	(5.559.118)	
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes:</b>			
(+) Depreciações	11.421.959	10.930.692	
(+) Encargos CELG	167.431	167.431	
(+) Redução das contingências passivas	(497.998)	52.828	
(+) Juros apropriados	-	8.867	
(-) Receita com subvenção	(1.195.833)	-	
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>			
Clientes	76.334	487.535	
Estoque	2.588.858	(3.025.330)	
Tributos a recuperar	263.469	190.986	
Adiantamento a fornecedores	(63.619)	(3.718)	
Despesas antecipadas	(7.483)	-	
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos</b>			
Fornecedores	(139.769)	(9.219.956)	
Adiantamento de clientes	1.580.320	-	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	157.732	283.034	
Obrigações tributárias	2.765.327	(26.888)	
Parcelamentos	(69.935)	(81.860)	
Obrigações com terceiros	-	1.422.889	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4.997.104</b>	<b>(4.372.608)</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamento de imobilizado	(7.028.749)	(6.383.242)	
Redução de títulos BEG/Itaú	-	646.002	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>(7.028.749)</b>	<b>(5.737.240)</b>	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	-	8.200.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.500.000	3.000.000	
Recebimento de convênios Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)	7.009.563	-	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>13.509.563</b>	<b>11.200.000</b>	
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>11.477.918</b>	<b>1.090.152</b>	
Caixa e equivalente de caixa no início	4.077.362	2.987.210	
Caixa e equivalente de caixa no fim	15.555.280	4.077.362	
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>11.477.918</b>	<b>1.090.152</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2013 (Em reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL  
A Companhia de Distritos Industriais de Goiás – GOIASINDUSTRIAL, (a seguir denominada "Goiasindustrial", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Goiás, jurisdicionada à Secretaria da Indústria e Comércio, regida por estatuto próprio, bem como pelas Leis nºs. 6.404/76 e 4.728/65 (arts. 45 a 48), e Lei Estadual nº. 7.766/73, com alterações introduzidas pela Lei 13.334/98, com sede na Rua 90 Qd F 44, Lts 60/64 nº 460, no Setor Sul, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

A Goiasindustrial tem como objetivo fomentar o setor industrial do Estado de Goiás, através do desenvolvimento de distritos industriais, com a geração de renda e novos empregos. Além disso, apoiar e executar, no que lhe couber, a política de industrialização de Goiás, adotada pelo Governo do Estado, de modo a projetar e implantar, direta ou indiretamente áreas industriais, agroindustriais, bem como promover a administração das mesmas com todas as condições de infraestrutura e incentivos oferecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

Atualmente, a Goiasindustrial conta com 33 distritos industriais, com quase 400 empresas distribuídas em 30 municípios, que representam todas as regiões do Estado. Entre os distritos industriais sob sua gestão destacam-se: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goiânia, Mineiros, Morrinhos, Rio Verde, Senador Canedo e Uruaçu, sendo que o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) é considerado um dos maiores da América Latina.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e nº 11.941/09), exceto com relação ao ativo imobilizado, conforme descrito na nota explicativa nº. 9.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(a.i) Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas pelo regime de competência, a medida que se faz a medição do consumo de água pelas empresas sediadas nos distritos controlados pela Companhia, que são seus principais clientes.

(a.ii) Venda de imóveis

As receitas de vendas de imóveis são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. Este último item é satisfeito quando a Companhia concede a escritura pública ao comprador.

(a.iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base "pro rata" dia com base no método da taxa de juros efetiva.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata em vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

c) Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de imóveis e prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, menos as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Existem contas a receber atualizáveis, consoante contrato de compra e venda e, nesses casos, os valores a receber são refletidos pelo valor a receber corrigido até a data do balanço.

d) Estoque

O estoque de imóveis a comercializar está demonstrado ao custo, que incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e impostos não recuperáveis. O saldo dos estoques de imóveis a comercializar não foi conciliado com os registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, conforme descrito na nota explicativa nº. 8.

e) Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e são compostos, substancialmente, por: Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$ 37.609,31) e retenções INMETRO (R\$ 12.389,30), atualizado até 31 de dezembro de 2013 correspondente a crédito acumulado neste ano e em períodos anteriores, que não puderam ainda ser compensados.

f) Convênios a receber

A Companhia registrou os valores a receber da Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), referente aos contratos 05/2013 e 06/2013, que visam investimentos e despesas a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme detalhado na nota explicativa nº. 9.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação deduzido da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 10.

g.i) Imobilizado em andamento

Avaliado ao custo de formação até a data do encerramento das demonstrações financeiras, que compreendem basicamente a instalações elétricas, instalações de água e esgoto e aplicação asfáltica em alguns terrenos.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes ou não circulantes, conforme prazos de realização. Estão reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

i) Obrigações com convênios e parcerias

A Companhia mantém os convênios 05/2013 e 06/2013, firmados com Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), os quais implicam em investimentos a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme descrito na nota explicativa nº. 14. As receitas relativas aos convênios são reconhecidas proporcionalmente à medida em que as despesas são incorridas.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

k) Adiantamentos de clientes

Os valores recebidos de clientes pela venda de terrenos dos distritos industriais são mantidos na rubrica Adiantamentos de Clientes (comercialização de terrenos), até que todas as condições exigidas no regulamento para venda e cessão de terrenos industriais da Companhia tenham sido atendidas. Tão logo seja formalizada a escritura do imóvel, entende-se que os riscos e benefícios foram transferidos da Companhia para os compradores e, neste caso, reconhece-se a receita correspondente.

l) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

m) Tributação

( m.i) Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) 1,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%.

(m.ii) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Não houve apuração desses tributos nos últimos dois anos, assim como não foi registrado nenhum tributo diferido de prejuízo, porque as condições previstas para o reconhecimento não são satisfeitas. Não houve diferenças temporárias.

n) Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer, pela Administração da Companhia, o uso de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

o) Subvenções governamentais

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a Companhia em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: i) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a Companhia é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; ii) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a Companhia é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; iii) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas como um passivo. A Companhia mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebido.

4 – CONCILIAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANTERIORMENTE APRESENTADAS

Em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors), a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2012 (saldo inicial do período mais antigo apresentado) e 31.12.2012, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2010 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2012.

A apresentação retrospectiva decorreu em face da correção do erro relativo à manutenção de saldo em rubrica de Resultado de Exercícios Futuros até o exercício de 2013, embora tal grupo tenha sido extinto pela Lei 11.638/07.

4.1 – Reconciliação dos balanços patrimoniais em 01.01.2012 e 31.12.2012

ATIVO	Nota	31/12/2012 (Reapresentado)	Ajuste	31/12/2012	01/01/2012 (Reapresentado)	Ajuste	01/01/2012
<b>CIRCULANTE</b>		<b>12.074.626</b>	-	<b>12.074.626</b>	<b>9.002.973</b>	-	<b>9.002.973</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.077.3					



TOTAL DO PASSIVO + PL	90.948.187	(2.016.381)	90.948.187	92.700.959	(2.229.998)	92.700.959
-----------------------	------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

4.2 – Reconciliação do resultado do exercício em 31.12.2012

DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2012 (Reapresentado)	Ajuste	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	17	14.416.545	(213.617)	14.630.162
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS		(17.001.653)	-	(17.001.653)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(2.585.108)	(213.617)	(2.371.491)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(6.233.810)	-	(6.233.810)
(-) Despesas administrativas	18	(6.233.810)	-	(6.233.810)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		1.546.011	-	1.546.011
RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANCEIRAS		(7.272.907)	(213.617)	(7.059.290)
(+/-) Resultado financeiro líquido		1.713.789	-	1.713.789
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		(5.559.118)	(213.617)	(5.345.501)
Número de ações no final do período		142.338.975	-	142.338.975
Resultado por ação		(0,0391)	-	(0,0376)

4.3 – Reconciliação do patrimônio líquido em 01.01.2012

Descrição	Patrimônio Líquido
PL em 01 de janeiro de 2012	79.771.560
Retificação de erros:	
Receita com venda de terreno Porto Seco	2.229.998
PL ajustado em 01 de janeiro de 2012	82.001.558

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2013	2012
Caixa:	-	200
Caixa fundo fixo	-	200
Bancos conta movimento:	(1.569)	(1.346)
Itaú privatizações	10	58
Itaú caução	4	10
Itaú S/A	17	10
(-) Cheques a compensar	(1.600)	(1.424)
Banco Conta Convênio:	2.562.318	-
CEF - Convênio c/c 1972-1	1.673.948	-
CEF - Convênio c/c 1973-0	888.370	-
Bancos aplicações financeiras:	12.976.267	4.078.508
Itaú aplicações (a)	12.976.267	4.078.508
Bancos Aplicações Financeiras/poupança – convênio	18.264	-
CEF - Convênio aplicação 1972-1	2.195	-
CEF - Convênio poupança 1972-1	5.367	-
CEF - Convênio poupança 1973-0	10.702	-
<b>TOTAL</b>	<b>15.555.280</b>	<b>4.077.362</b>

(a) As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde às aplicações efetuadas no Banco Itaú e caixa Econômica Federal e são remuneradas em condições e taxas normais de mercado.

6 – CLIENTES

DESCRIÇÃO	2013	2012
Circulante:	2.796.615	2.510.670
Clientes:		
Porto Seco Centro Oeste S/A	458.261	434.266
Saneago – Saneamento de Goiás	1.352.111	1.265.921
Agencia Goiana do Sistema de Execução	175.997	-
Brainfama Ind. Com. Quim. Farmacêutica S/A	91.831	-
Outros clientes	718.415	810.483
Não circulante:	1.374.783	1.737.062
Porto Seco Centro Oeste S/A	1.374.783	1.737.062
<b>TOTAL</b>	<b>4.171.398</b>	<b>4.247.832</b>

A Companhia efetuou análise dos créditos remanescentes, de modo que os indicadores apresentados não sinalizaram necessidade de se constituir nova estimativa para perdas. Periodicamente é feita análise de crédito das contas a receber de clientes, para que prováveis perdas no recebimento sejam reconhecidas no Balanço para ajustar os recebíveis ao seu valor recuperável.

7 – TRIBUTOS A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	2013	2012
Tributos a recuperar:		
IRRF de aplicações financeiras	37.609	66.311
Retenção impostos p/ INMETRO	12.389	13.406
PIS a compensar	-	37.930
COFINS a compensar	-	122.666
PIS pago indevido	-	14.765
COFINS pago indevido	-	68.010
IRRF a recuperar	770	-
ISSQN a recuperar	2.309	-
PIS/COFINS/CSSL a recuperar	3.578	-
INSS a recuperar	2.963	-
<b>TOTAL</b>	<b>59.618</b>	<b>323.088</b>

8 – ESTOQUE

DESCRIÇÃO	2013	2012
Terrenos:		
Uruaçu	11.402	10.186
Goianira	4.902	6.912
Goiatuba	293.800	293.800
São Miguel do Araguaia	18.000	18.000
Pontalina	13.151	13.151
Rubiataba	1.356	1.356
Senador Canedo	211	659
Porangatu	28.278	28.278
Morrinhos	50.053	50.053
Jussara	52.500	52.500
Goias	44.429	44.429
Bela Vista	13.011	14.806
Caldas Novas	14.033	14.033
Ceres	40.000	40.000
Rio Verde II	7.988	29.333
Itumbiara - Diágrí	96.570	170.639
Rio Verde I	109.329	107.878
Anápolis - DAIA	241.918	733.776
Pirenópolis	530.000	530.000
Adiantamento para aquisição de terreno	-	3.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.570.931</b>	<b>5.159.789</b>

A companhia ainda não atendeu as disposições da Resolução CFC nº 1.170/09, modificada pela Resolução CFC nº 1.273/10, de estoques, uma vez que não realizou a conciliação final dos registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, com os apontamentos mantidos nos relatórios da contabilidade, e espera-se realizá-los em 2014.

9 – CONVÊNIOS A RECEBER

DESCRIÇÃO	2013	2012
Convênio nº 05 (a)	24.411.465	-
Convênio nº 06 (b)	8.127.943	-
<b>TOTAL</b>	<b>32.539.408</b>	<b>-</b>

(a) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Do montante pactuado a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$ 29.000.000, dos quais já foram recebidos R\$ 4.588.534.

(b) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Do montante pactuado a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$ 10.531.595, dos quais já foram recebidos R\$ 2.403.652.

10 – IMOBILIZADO

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	Terrenos	Benfeitorias	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Sist. de abast. água e esgoto	Equip. de informática	Obras em andamento	Total
<b>Custo:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	711.691	72.211.423	11.788.568	56.532	265.764	1.679.414	36.763.854	98.060	870.539	124.445.845
Adições 2012	-	2.695.390	5.591	-	22.135	5.787	455.698	90.361	3.263.153	6.538.115
Baixas 2012	-	(141.553)	-	(7.659)	(395)	(1.107)	(1.898)	(2.262)	-	(154.874)
Transferências 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	711.691	74.765.260	11.794.159	48.873	287.504	1.684.094	37.217.654	186.159	4.133.692	130.829.086
Adições 2013	1.000.000	1.281.112	-	116.900	9.436	184.142	439.727	15.660	6.592.579	9.639.556
Baixas 2013	-	-	-	-	(421)	-	-	-	(1.551.112)	(1.551.533)

Transferências 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.711.691	76.046.372	11.794.159	165.773	296.519	1.868.236	37.657.381	201.819	9.175.159	138.917.109
---------------------------------	-----------	------------	------------	---------	---------	-----------	------------	---------	-----------	-------------

Depreciação:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(21.618.233)	(4.566.357)	(55.982)	(158.253)	(577.998)	(15.716.506)	(68.568)	-	(42.761.897)
---------------------------------	---	--------------	-------------	----------	-----------	-----------	--------------	----------	---	--------------

Adições 2012	-	(7.283.052)	(446.138)	(300)	(24.420)	(133.393)	(3.139.179)	(25.765)	-	(11.052.247)
Baixas 2012	-	109.858	-	7.659	317	1.107	410	2.205	-	121.556
Transferências 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(28.791.427)	(5.012.495)	(48.623)	(182.356)	(710.284)	(18.855.275)	(92.128)	-	(53.892.588)
---------------------------------	---	--------------	-------------	----------	-----------	-----------	--------------	----------	---	--------------

Adições 2013	-	(7.540.383)	(459.743)	(6.095)	(21.886)	(143.999)	(3.225.115)	(25.579)	-	(11.422.800)
Baixas 2013	-	-	-	-	421	-	-	-	-	421
Transferências 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(36.331.810)	(5.472.238)	(54.718)	(203.821)	(854.283)	(22.080.390)	(117.707)	-	(65.114.967)
---------------------------------	---	--------------	-------------	----------	-----------	-----------	--------------	-----------	---	--------------

Imobilizado líquido:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.711.691	39.714.562	6.321.921	111.055	92.698	1.013.953	15.576.991	84.112	9.175.159	73.802.142
---------------------------------	-----------	------------	-----------	---------	--------	-----------	------------	--------	-----------	------------

Saldo em 31 de dezembro de 2012	711.691	45.973.833	6.781.664	250	105.148	973.810	18.362.379	94.031	4.133.692	77.136.498
---------------------------------	---------	------------	-----------	-----	---------	---------	------------	--------	-----------	------------

Taxa de depreciação anual:

2012	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%
2013	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%

Em 2013 e 2012, a companhia não procedeu com a revisão da vida útil dos bens que integram seu acervo patrimonial, não efetuou teste de recuperabilidade para a verificação da existência de perdas por desvalorização e não atribuiu custos aos ativos com valor de mercado superior ao valor registrado, para aqueles que apresentam diferenças relevantes entre o custo de aquisição e o valor de uso/venda (embora seja tacitativo), de modo que os mesmos estão apresentados com o custo histórico como base de valor e com as depreciações calculadas de acordo com os critérios fiscais (IN SRF nº 162/98 e alterada pela IN SRF nº 130/99, determinadas pela Receita Federal do Brasil). Em 2014, a companhia espera atender todas as normativas contábeis aplicáveis aos seus ativos fixos.

11 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	2013	2012
Fornecedores:	340.548	374.347
CELG Distribuição S/A	209.110	227.422
GMB Construtora e Incorp. Ltda	111.541	-
Outros fornecedores	19.897	146.925
Retenções de fornecedores:	(a) 62.418	182.717
Rod Edif e Const Civil Ltda.	23.754	23.754
GMB Const e Incorp Ltda.	-	30.913
Sedesp Serv. Desm. e Pat. Ltda.	15.919	15.919
Trade Const Incorp Ltda.	-	19.745
Mak Service Transportes e Saneamento	-	55.304
Escavatec Engenharia Ltda.	-	28.805
Outros	22.745	8.277
<b>TOTAL</b>	<b>402.966</b>	<b>557.064</b>

(a) As retenções de fornecedores referem-se a valores previstos em contratos de prestação de serviços de obras, os quais serão repassados aos prestadores na data de finalização dos serviços.

12 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Fundo de previdência a recolher	20.786	14.775
IPASGO a recolher	12.106	9.526
FGTS a recolher	46.157	31.866
INSS a recolher	199.040	179.274
Contribuição sindical a recolher	347	234
Estimativa de férias	455.064	361.530
INSS estimativa de férias	111.046	95.222
FGTS estimativa de férias	31.793	26.180
<b>TOTAL</b>	<b>876.339</b>	<b>718.607</b>

(a) Em 2013 a Goiasindustrial efetuou parcelamento relativo ao IPTU/ITU dos terrenos do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, lançados aos prestadores na data de finalização dos serviços.

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:	1.425.901	193.565
Tributos retidos:	1.404.675	12.405
IRRF s/ salários	57.968	2.639
IRRF de pessoa jurídica	2.049	546
PIS/COFINS/CSSL	6.350	1.695
ISSQN	21.485	7.525
PIS a pagar	6.296	-
COFINS a pagar	29.001	-
INSS retido IN 971/09	4.924	-
ITU/IPTU	(a) 1.276.602	-
Parcelamentos especiais:	21.226	91.160
PAES – RFB	21.226	91.160
Não circulante:	1.373.057	-
ITU/IPTU	(a) 1.373.057	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.798.958</b>	<b>193.565</b>

(a) Em 2013 a Goiasindustrial efetuou parcelamento relativo ao IPTU/ITU dos terrenos do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, lançados pela Prefeitura Municipal de Anápolis relativamente às competências de 1990 a 2012. No entanto, não foi possível efetuar levantamento relativo aos mesmos tributos incidentes sobre os terrenos dos demais Distritos.

14 – OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Convênio nº 05 (a)	27.810.604	-
Convênio nº 06 (b)	10.542.535	-
<b>TOTAL</b>	<b>38.353.139</b>	<b>-</b>

(a) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 2013, a Companhia reconhecceu como receita de subvenção no resultado do exercício o montante de R\$ 1.195.833, conforme descrito na letra o, da nota explicativa nº 2.

(b) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), de sorte que a Companhia tem como obrigação a prestação de serviços para o convênio, conforme termos pactuados.

15 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

DE
----



TOTAL	142.338.975	3.182.686	145.521.661
-------	-------------	-----------	-------------

## 17 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>19.045.167</b>	<b>16.064.805</b>
Venda de terrenos	966.751	1.093.485
Serviços de água e esgoto	18.078.415	14.971.320
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(1.852.645)</b>	<b>(1.648.260)</b>
(-) Devoluções de vendas	(50.797)	-
(-) Tributos incidentes s/ vendas	(1.801.847)	(1.648.260)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>17.192.522</b>	<b>14.416.545</b>

## 18 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Goiânia - Sede	3.925.515	1.579.613
Anápolis - Daia	3.363.171	267.819
Catalão - Dimic	16.207	5.923
Goianira	39.678	8.392
Aparecida - Daiag	41.750	4.995
Senador Canedo	31.331	55
Uruçu	35.629	24.975
Goianésia	57.074	49.732
Rio Verde	2.267.368	2.261.689
Itumbiara - Diagri	533.158	533.288
Goiatuba	24.005	14.452
Santo Antônio do Descoberto	10.280	10.279
Abadiânia	59.996	58.664
Chapadão do Céu	2.489	2.489
Ceres	12.927	12.927
Pontalina	42.595	38.196
Bela Vista	322.581	321.635
Porangatu	23.717	23.717
Rubiataba	14.330	14.330
Pires do Rio	28.934	28.934
Itapuranga	-	12.721
São Miguel do Araguaia	9.815	9.815
Jussara	15.519	15.519
Goias Velho	16.068	13.450
Cabeceiras de Goiás	13.951	13.951
Mineiros	36.333	16.555
Caldas Novas	41.673	52.507
Inhumas	312.133	305.162
Luziânia	151.722	92.923
Marzagão	2.298	2.298
Piracanjuba	37.220	34.408
Corumbaba	20.683	20.683
Orizona	43.827	43.827
Ouro Preto	131.061	131.061
Morrinhos	88.776	111.994
Abadia de Goiás	17.326	17.326
Palmelo	10.294	10.294
Mairipotaba	4.261	4.261
Vianópolis	6.598	6.598
Sanclerlândia	56.353	56.353
<b>TOTAL</b>	<b>11.868.646</b>	<b>6.233.810</b>

Ridival Darci Chiareloto  
Diretor Presidente  
CPF: 020.528.229-88

Manoel Dias Neves Junior  
CRC-GO 014802/O-8  
CPF: 888.902.011-34

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e acionistas da  
Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL)  
Goiânia-GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração da Companhia sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia não mantém conciliação efetiva do saldo contábil do estoque de terrenos mantidos para revenda com as informações controladas pela área responsável (Assentamento) e, por isso, não temos como manifestar opinião sobre o saldo contábil apresentado.

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia controla seus ativos imobilizados em sistema próprio de patrimônio e os mantém avaliados ao custo de aquisição ou formação. Em 2013, assim como em exercícios anteriores, a Companhia não revisou a vida útil dos ativos imobilizados, não realizou o teste de recuperabilidade e não determinou valor residual para os bens recuperáveis ao final da vida útil, conforme disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade. Para que os saldos contábeis espelhem, com segurança, a realidade econômico-financeira do imobilizado, a Companhia terá que realizar o levantamento físico e documental de seus ativos fixos, procedendo a conciliação contábil, revisão de vida útil e apuração da existência ou não de indicadores de perda por desvalorização dos bens e unidades geradoras de caixa. Por essa razão, não foi possível mensurarmos os impactos decorrentes da ausência de conciliação do ativo imobilizado, incluindo a revisão de vida útil e possíveis perdas por desvalorização.

A Companhia registrou em seu resultado o montante de R\$ 2.865.990 referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Territorial Urbano (ITU) lançados pela Prefeitura Municipal de Anápolis-GO, relativamente às competências de 1990 a 2012, o que resultou na superavaliação do prejuízo do período de 2013, pelo mesmo montante, já que se tratam de despesas incorridas em exercícios anteriores. Esse procedimento tomado pela Companhia decorre da impossibilidade de mensurar o montante correspondente a cada competência objeto do lançamento. Também, a Companhia não tem conhecimento sobre exigibilidade semelhante para os demais distritos industriais, já que cada município possui políticas próprias quanto à isenção temporária ou permanente de tributos para implantação de parques industriais.

## Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção dos itens mencionados nos parágrafos do tópico Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício de 2012 foram por nós auditadas e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 12 de abril de 2013, continha ressalvas relativas ao Estoque, ao Ativo Imobilizado e ao Resultado de Exercícios Futuros (REF). Dessas ressalvas, foram mantidas no parecer do Conselho Fiscal, no parecer dos Auditores Independentes, com ressalvas, deliberaram, por unanimidade, de Exercícios Futuros (Receita Diferida) foi retirada em 2013, em face adequação feita pela Companhia às novas práticas contábeis, relativamente às receitas e custos registrados na referida rubrica.

Goiânia, 22 de abril de 2014.

Floresta Auditores Independentes SS  
CRC GO 905/O-0

Liviel Floresta  
CT CRC SP-84900/T GO

Carly Ferreira dos Anjos  
CT CRC GO-012343/O-0

Murilo Santos Floresta  
CT CRC GO-017572/O-0

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 142, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, após análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como das contas e dos atos de sua Diretoria e embasados no parecer do Conselho Fiscal, no parecer dos Auditores Independentes, com ressalvas, deliberaram, por unanimidade, pela aprovação que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia, e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Goiânia, 21 de abril de 2014.

ALEXANDRE BALDY DE SANT'ANNA BRAGA  
Presidente do Conselho

RIDIVAL DARCI CHIARELOTO  
Vice Presidente

BRENO CELSO DE MOURA BARBOSA  
Conselheiro

ALEXANDRE EDUARDO FELIPE TOCANTINS  
Conselheiro

JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NETO  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no parecer com ressalvas emitido pela Floresta Auditores Independentes SS, opinam por unanimidade que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com exceção dos itens mencionados pelos auditores, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Goiânia, 21 de abril de 2014.

OTÁVIO ALEXANDRE DA SILVA  
Membro do Conselho Fiscal

LUIZ MEDEIROS PINTO  
Membro do Conselho Fiscal

SEBASTIÃO MIRANDA DA SILVA  
Membro do Conselho Fiscal

## AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

## Detran-GO

## DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA N.º 004/2014-DETRAN/GO

DESPACHO N.º 055/2014. Trata-se de contratação da empresa EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA, para prestação de serviços, objetivando a implantação, nas escolas do Ensino Infantil, e Fundamental da rede pública e privada do Estado de Goiás da segunda Unidade do DETRANZINHO que será utilizado pela Gerência de Educação para o Trânsito e outras de caráter educativo, por meio de Inexigibilidade Licitatória, perfazendo o valor total estimado de R\$ 176.671,00 (cento e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e um reais), tendo em vista o que consta nos autos nº 201400025002105. A contratação da empresa acima discriminada é imprescindível para continuidade dos serviços finalísticos deste Departamento relativos à educação para o trânsito, tendo em vista que a empresa EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ: 01.054.258/0001-33, detém carta de exclusividade para distribuição e comercialização do objeto solicitado nos autos de nº 201400025002105. Deste modo, para tal fim, indica-se a empresa EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ: 01.054.258/0001-33, para a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, da Lei nº 8.666/93. Ao Gabinete do Presidente para ratificação.

Gerência de Licitações, em Goiânia, aos 23 dias do mês de abril de 2014.

Alexandre Maia Garrote  
Gerente de Licitações

Tendo em vista a atribuição a mim conferida e segundo permissão dada pelo art. 25, da Lei nº 8.666/93, RECONHEÇO e DECLARO inexigível a licitação para contratar a empresa EDACOM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 01.054.258/0001-33 Contratação de empresa para prestação de serviços, objetivando a implantação, nas escolas do Ensino Infantil, e Fundamental da rede pública e privada do Estado de Goiás da segunda Unidade do DETRANZINHO, ao custo total de R\$ 176.671,00(cento e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e um reais), tendo em vista o que consta nos autos n.º 201400025002105. RATIFICO a Declaração de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, considerando a justificativa, razões e fundamentos declinados nos autos acima referidos, independente de transcrição.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, em Goiânia, aos 23 dias do mês de abril de 2014.

João Furtado de Mendonça Neto  
Presidente do DETRAN-GO

## EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 201300025004948; DATA DE AUTUAÇÃO: 20/06/2013; ASSUNTO: Contrato nº 008/2014; OBJETO: Fornecimento de de tendas e lonas; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses com termo inicial a partir de 15/04/2014; VALOR TOTAL: R\$ 155.117,88 (cento e cinquenta e cinco mil, cento e dezessete reais e oitenta e oito centavos); PARTES: DETRAN/GO e a Empresa Horizonte Indústria e Comércio de Tendas e Toldos LTDA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93; DOT. ORÇ.: 2014.6502.048, Notas de Empenho: 010 (R\$ 116.614,71); 008 (R\$ 11.319,00); DOT. ORÇ.: 2014.6502.022, Notas de Empenho: 138 (R\$ 1.522,65); 141 (R\$ 12.549,49); 005 (R\$ 1.732,10) DOT. ORÇ.: 2014.6502.037, Nota de Empenho: 001 (R\$ 11.379,93).

Portaria nº. 238 /2014/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta dos autos do Processo nº 204700413, especialmente o Memorando nº 297/2014, da Gerência de Auditoria deste Departamento;

## RESOLVE:

Art.1º- RETIFICAR a Portaria nº 152/2014/GP/GSG, de 28 de fevereiro de 2014, deste Gabinete, na parte relativa ao cancelamento da CNH. Assim, onde se lê: "Cancelar a CNH/Permissão para dirigir da condutora Idatilene Nascimento de Queiroz"; Leia-se: "Cancelamento do serviço de revalidação da CNH/Permissão para dirigir da condutora Idatilene Nascimento de Queiroz".

Art. 2º- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º-À Gerência de RENAVAM e RENACH, via Diretoria Técnica e de Atendimento para cumprimento e Gerência da Secretária Geral para publicação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMpra-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, em Goiânia, 24 de abril de 2014.

João Furtado de Mendonça Neto  
Presidente do DETRAN/GO